DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 4911/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/11158/2014
PROTOCOLO	:	1521577
ÓRGÃO	:	FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS
ORDEN. DE DESPESAS	:	ANTONIO LASTORIA
CARGO DO ORDENADOR	:	SECRETÁRIO
ASSUNTO DO PROCESSO	:	NOTA DE EMPENHO N° 2290/2014
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADA	:	HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRICO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
PROCED. LICITATÓRIO	:	PREGÃO ELETRÔNICO 112/2013
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - AÇÃO JUDICIAL.
VALOR DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 68.426,20

DECISÃO SINGULAR. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - AÇÃO JUDICIAL. NOTA DE EMPENHO. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

Versam os presentes autos sobre Nota de Empenho nº 2290/2014, emitida em 04 de junho de 2014, pelo ***FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS*** em favor da pessoa jurídica ***HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRICO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.***, objetivando a aquisição de medicamentos - ação judicial, com valor total de R$ 68.426,20 (sessenta e oito mil quatrocentos e vinte e seis reais e vinte centavos).

Para tanto, o Fundo Especial de Saúde de MS realizou o procedimento de Pregão Eletrônico nº 112/2013, sendo então adquiridos os produtos da empresa supramencionada.

Impende inicialmente destacar que a 1ª e 2ª fases da contratação em referência encontram-se julgadas regulares e legais, respectivamente por meio da Decisão Singular - G. MJMS nº 3208/2015 (peça nº 15).

Nesta fase processual objetiva-se analisar a regularidade da execução financeira da aquisição pública (3ª fase).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria emitiu sua Análise ANA - 6ICE - 28154/2015 (peça nº 17), opinando:

> *"1 - pela **regularidade** e **legalidade** da execução da Nota de Empenho (**3ª FASE**), nos termos do artigo 120, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS N° 76/2013, visto que o ora empenhado foi totalmente liquidado e pago, comprovando a sua execução;"*

Por sua vez, o ilustre representante Ministerial, em seu Parecer PAR - MPC - GAB.7 DR.JAC - 9726/2016 (peça nº 19), concluiu pela e **regularidade** da execução financeira.

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É O RELATÓRIO.

Impende inicialmente destacar, conforme consta dos autos, que a presente análise recai sobre a **regularidade** da execução financeira da Nota de Empenho nº 2290/2014 (3ª fase).

Constata-se assim, por meio da documentação juntada, que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos quanto à regularidade da matéria relativa à execução financeira.

De fato, a liquidação da despesa, cujo resumo segue abaixo, exibe com clareza a similitude do total de notas de empenho válidas e total de pagamentos, demonstrando, assim, sua regularidade:

VALOR DO EMPENHO	R$	68.426,20
TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO EMITIDAS	R$	68.426,20
TOTAL DE ANULAÇÃO DE NOTAS DE EMPENHO	R$	0,00
TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO VÁLIDAS	R$	68.426,20
TOTAL DE COMPROVANTES DESPESAS EMITIDO	R$	68.426,20
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$	68.426,20

Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de**:**

1) Declarar a ***regularidade*** da execução financeira da Nota de Empenho nº 2290/2014 **(3ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso III, também da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/12;

2) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, § 2º do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 13 de julho de 2016.

Cons. MARISA SERRANO

dlrl Relatora